

## ARTIGO

### **O CONSELHO DAS AMÉRICAS E A DITADURA BRASILEIRA: ASSOCIATIVISMO POLÍTICO-EMPRESARIAL E PROPAGANDA DA “LIVRE EMPRESA” DO IPES AO CEBEU (1965-1975)**

REJANE CAROLINA HOEVELER

Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre e Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é Professora Colaboradora e pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4299-5483>

**RESUMO:** O artigo tem como objetivo analisar a ação política empresarial desenvolvida pelo Conselho das Américas no Brasil desde sua fundação em 1965, em íntima conexão com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), até a criação do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (CEBEU), em 1975. Destaca-se a campanha midiática e publicitária a favor do empreendedorismo (ou “livre empresa”), com forte caráter anticomunista, no contexto da chamada Guerra Fria. Desse modo, procura-se compreender de que maneira o Conselho das Américas, fortemente vinculado ao empresariado brasileiro através de tais aparelhos, orientou as relações interamericanas e interempresariais no período em tela. Com base no conceito gramsciano de aparelho privado de hegemonia, e diálogo com a literatura especializada no tema, pretendemos descrever e interpretar criticamente as múltiplas frentes de atuação de tal organismo político empresarial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conselho das Américas, Anticomunismo, Golpe de 1964, Ditadura empresarial militar, Relações interamericanas.

## **THE COUNCIL OF THE AMERICAS AND THE BRAZILIAN DICTATORSHIP:**

POLITICAL-BUSINESS ASSOCIATIONISM AND "FREE  
ENTERPRISE" PROPAGANDA FROM IPES TO CEBEU (1965-1975)

**ABSTRACT:** The article aims to analyze the entrepreneurial political action developed by the Council of the Americas in Brazil since its foundation in 1965, in close connection with the Institute of Social Research and Studies (IPES), until the creation of the Brazil-United States Business Council (CEBEU), in 1975. The media and advertising campaign in favor of entrepreneurship (or "free enterprise"), with a strong anti-communist character, in the context of the Cold War, stands out. Thus, we seek to understand how the Council of the Americas, strongly linked to the Brazilian business community through such apparatuses, guided inter-American and inter-company relations during the period in question. Based on the Gramscian concept of private apparatus of hegemony, and dialogue with the specialized literature on the subject, we intend to describe and critically interpret the multiple fronts of action of such a corporate political body.

**KEYWORDS:** Council of the Americas, Anticommunism, 1964 coup, Military corporate dictatorship, Inter-american relations.

# EL CONSEJO DE LAS AMERICAS Y LA DICTADURA BRASILEÑA: DEL IPES AL CEBEU (1965-1975)

**RESUMEN:** El artículo pretende analizar la acción política empresarial desarrollada por el Consejo de las Américas en Brasil desde su fundación en 1965, en estrecha relación con el IPES (Instituto de Investigaciones y Estudios Sociales), hasta la creación del Consejo Empresarial Brasil-Estados Unidos (CEBEU) en 1975. Destaca la campaña mediática y publicitaria a favor del empresariado (o "libre empresa"), de fuerte carácter anticomunista, en el contexto de la así llamada Guerra Fría. De este modo, buscamos comprender cómo el Consejo de las Américas, fuertemente vinculado al empresariado brasileño a través de tales aparatos, orientó las relaciones interamericanas e interempresariales durante el período en cuestión. A partir del concepto gramsciano de aparato privado de hegemonía, y dialogando con la literatura sobre el tema, pretendemos describir e interpretar críticamente los múltiples frentes de actuación de tal cuerpo político corporativo.

**PALABRAS-CLAVE:** Consejo de las Americas, Anticomunismo, Golpe de 1964, Dictadura empresarial militar, Relaciones interamericanas.

Recebido em: 30/03/2023

Aprovado em: 31/07/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v77p181-209>



## Introdução

*No geral o clima aqui é bom, exceto que existe dinamismo insuficiente em alguns setores, de maneira que os extremistas da direita e da esquerda são capazes de desmoralizar o governo em certos aspectos de sua conduta. A verdade é que a tortura é praticada no Brasil e o clero realmente tem razão. É também verdade que a tortura não é uma política do governo, mas porque o governo não pode controlar aqueles que torturam em seu nome, o governo mesmo fica desacreditado. Em larga medida o mesmo é verdadeiro para a administração Costa e Silva. O presidente Médici está impondo sua vontade, mas é uma tarefa difícil.<sup>1</sup>*

(Jack Wyant, diretor do Conselho das Américas, janeiro de 1970.)

Entidade política de caráter privado, fundada por empresários estadunidenses em 1965, o Conselho das Américas já teve vários nomes, e mesmo após a morte de David Rockefeller, seu principal ideólogo e organizador, encontra-se em prolífera atividade. Apesar de sua importância, reconhecida pelos mais altos funcionários da diplomacia interamericana, por uma quantidade significativa de grandes empresários latino-americanos e pelas mais importantes corporações multinacionais que atuam na América Latina, o Conselho das Américas nunca recebeu a devida atenção na historiografia.

O autor que mais se dedicou a estudá-lo foi o cientista político uruguaio, radicado no Brasil, René Dreifuss. Em *A Internacional Capitalista*, uma obra prima publicada em 1986, Dreifuss dedicou todo um capítulo a esse grupo político transnacional. Nesta obra, Dreifuss analisou alguns dos principais aparelhos privados empresariais de atuação transnacional, principalmente em seu eixo anglófono (a partir de Estados Unidos e Inglaterra).

---

<sup>1</sup> Carta de Jack Wyant a Berent Friele, 24 de fevereiro de 1970. **Rockefeller Archive's Center**, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

Dreifuss mapeou a origem do Conselho, mencionou alguns personagens importantes como José de Cubas, ente da *Westinghouse Electric International, S.A.*, e Henry Geyelin, ex-diretor do *Chase Manhattan Bank* de Nova York, além de descrever sucintamente alguns projetos do Conselho nos anos 1970 e sua estrutura organizativa interna. Através do conceito de elite orgânica transnacional, essencialmente com referências teóricas gramscianas e poulantzianas (Hoeveler, 2015), o autor entendeu esses aparelhos privados como instâncias nas quais é constituída uma ação coletiva de classe, com relativa autonomia, no entanto, frente a interesses econômico-corporativos individuais (Dreifuss, 1986).

No presente artigo, pretendemos, a partir da literatura especializada, e com base nas fontes empíricas de diferentes tipos (principalmente documentos internos, cartas materiais de circulação restrita aos membros do Conselho, imprensa brasileira), demonstrar que o Conselho das Américas desempenhou relevante atuação política junto ao Estado e ao empresariado brasileiro durante a ditadura.

Pelo menos uma empresa das empresas historicamente associadas ao Conselho, a *Ford Motors Company*, teve conhecidas denúncias acerca da repressão aos seus trabalhadores em suas fábricas, durante a ditadura na Argentina. Entretanto, nosso propósito não é relacionar diretamente a ação política de tal Conselho à repressão. Também seria uma análise crítica superficial, embora não deixe de estar correto, apontar que, apesar de assumir um discurso de apoio e respeito à democracia, o Conselho das Américas apoiou ativamente o regime ditatorial brasileiro.

O objetivo deste artigo é apresentar resultados de pesquisas sobre a história do Conselho das Américas, especificamente em suas relações com a ditadura militar brasileira entre 1965 e 1975. Pretendemos mostrar, primeiro, que dentro da ação do Conselho das Américas no Brasil e a partir de sua relação orgânica com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), estavam fortemente presentes, do ponto de vista ideológico, o anticomunismo e a propaganda da “livre empresa”. Além disso, do ponto de vista organizativo, essa entidade foi uma importante fomentadora de espaços de associação classista hemisféricos, como prova o papel central de Jack Wyant, entre outras figuras do Conselho, na criação do Centro Empresarial Brasil-Estados Unidos (CEBEU).

Na primeira parte do artigo, a partir da bibliografia especializada no tema, caracterizando o tipo de associativismo político empresarial do *Council for Latin America* no contexto da chamada Guerra Fria, localizando historicamente a fundação desse organismo e a política externa dos Estados Unidos para a América Latina. Na segunda parte do artigo, analisaremos algumas das principais ações e os personagens centrais deste Conselho no Brasil em meados dos anos 1960, como sua participação no complexo IPES-IBAD-ESG.<sup>2</sup> Posteriormente, na terceira parte, mostraremos como o anticomunismo e a propaganda da “livre empresa” foram questões centrais no amplo leque de atividades políticas desse aparelho privado de hegemonia (Hoeveler, 2020) no Brasil. Por fim, identificaremos de que maneira essa relação com os empresários golpistas brasileiros continuou ao longo dos anos 1970, culminando na formação do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (CEBEU) em 1975.

Nas considerações finais, apresentamos uma síntese que busca contemplar o sentido histórico dessa organização política de classe em sua relação com a ditadura brasileira: enquanto os trabalhadores e suas lideranças políticas eram duramente reprimidas, o associativismo empresarial tinha todos os privilégios da intimidade com o poder.

## **1. Empresários-agentes da Guerra Fria**

No tema das relações entre Estados Unidos e o Brasil no contexto do golpe de 1964 e ao longo da ditadura civil, já são bastante conhecidas as pesquisas do historiador Carlos Fico, que esmiuçou alguns episódios centrais da relação de militares, políticos e diplomatas americanos no golpe. Entretanto, o tema das relações empresariais e das entidades privadas não é abordado em sua obra (Fico, 2008). Não pretendemos aqui fazer um balanço historiográfico abrangente, mas sim deixar explícitas algumas das principais referências que estão em nossas análises.

Ainda nos anos 1990, Ruth Leacock, em *Requiem for Revolution*, diferentemente do que afirma Dreifuss, o ativismo empresarial não teria sido

---

<sup>2</sup> Estamos nos referindo ao conjunto articulado das atividades políticas do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), criado em 1962; o IBAD (Instituto Brasileiro da Ação Democrática), criado em 1959 e extinto em dezembro de 1963 e a ESG (Escola Superior de Guerra), sendo denominado Complexo IPES-IBAD-ESG por Dreifuss (1981).

determinante nas relações entre Estados Unidos e Brasil no contexto do golpe, já que teriam sido os intelectuais e burocratas das administrações Kennedy e Johnson os principais construtores do projeto anti-comunista de “*nation-building*” (construção de nações). Ainda assim, a autora traz um quadro informativo bastante útil sobre o tema. Aqui é importante mencionar o trabalho anterior do prestigiado jornalista Seymour M. Hersh sobre a era Kissinger, por outro lado, dá um papel destacado às entidades empresariais que se envolveram no golpe de Estado que derrubou o presidente Salvador Allende no Chile em 1973, mencionando diretamente o Conselho das Américas como um dos grupos políticos estrangeiros mais envolvidos (Hersh, 1983).

O historiador americano Lars Shoultz (2014) trouxe uma contribuição fundamental para a análise do Conselho, mostrando que nos anos 1970, ele era uma das principais entidades a fazer *lobby* contrário às sanções impostas pelo Departamento de Estado acerca das violações de direitos humanos na América Latina. O papel de inteligência desenvolvido pelo *Council* também é destacado por Shoultz, dado que os diretores do COA informavam detalhadamente a situação dos mais diversos países latino-americanos antes das viagens dos representantes oficiais. O tema da participação do Conselho das Américas nas ditaduras latino-americanos foi bastante denunciada na imprensa de esquerda dos Estados Unidos nos anos 1970, por exemplo na revista NACLA (*North American Congress on Latin America*).

Apesar desses aportes tão importantes, grande parte da historiografia brasileira que abordou o tema da relação entre Estados Unidos e Brasil ao longo da ditadura não trata da questão empresarial, como por exemplo no livro do jornalista Mathias Spektor, em seu livro *Kissinger e o Brasil* (2009).

No tema das relações político-empresariais entre Brasil e Estados Unidos no contexto do golpe, uma contribuição incontornável é o trabalho da pesquisadora Martina Spohr Gonçalves, que levantou as relações entre uma enorme gama de empresários estadunidenses e brasileiros, ambos inseridos nas sociedades civis e políticas de seus respectivos países, no contexto do golpe de 1964. Devido ao recorte temporal, entretanto, a autora não avança na análise sobre o *Council* nos anos 1970 em diante (Spohr, 2016). Outra tese bastante importante no sentido de desvelar o caráter

anticomunista de determinadas associações hemisféricas ainda nas décadas de 1940 e 1950 é a tese de doutorado de Vicente Gil da Silva (2020).

A tese de doutorado do argentino Hernán Ramírez, *Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996*, menciona apenas brevemente o CLA, mas tem o enorme mérito de mapear as organizações empresariais de forma comparativa e num largo espaço temporal (Ramírez, 2005). Na literatura argentina sobre a ditadura e os empresários, é de se destacar a menção ao Conselho das Américas feita por Jorge Taiana em seu capítulo no livro *Cuentas pendientes*, organizado por Horacio Verbitsky e Juan Pablo Bohoslavsky, que trata da relação entre os empresários, os Estados Unidos e a ditadura argentina de 1976-1983 (Taiana, 2013).

Está relativamente consolidado na historiografia o fato de que, entre setembro de 1961 e março de 1964, João Goulart (1919-1976) exerceu seu governo constantemente ameaçado pelo golpe de Estado. A política externa independente, herdada de seu antecessor, entrava em choque com os interesses estadunidenses na região e foi um dos motivos para o apoio ostensivo do governo Kennedy à campanha de desestabilização e conspiração contra o governo Goulart (Parker, 1977; Moniz Bandeira, 1978; Dreifuss, 1981; Fico, 2008). Existem inúmeros trabalhos sobre episódios desses atritos, os quais não temos intenção de abordar de modo sistemático, cabendo aqui, entretanto, uma contextualização histórica da questão.

Além da questão cubana, que era absolutamente determinante, o governo americano se opunha às medidas de cariz nacionalista, de protecionismo econômico (como a lei que regulamentava a remessa de lucros para o exterior) e de caráter social (como a reforma agrária e a extensão da legislação trabalhista para o campo brasileiro) que fizeram parte da agenda política do governo Goulart, além da suposta influência dos comunistas.

A encampação da *International Telephone and Telegraph Corporation* (ITT) pelo governador gaúcho Leonel Brizola (1922-2004) em fevereiro de 1962 aumentou a desconfiança de Washington. Brizola já havia encampado a Bond and Share, companhia de energia elétrica filial da *American Foreign and Power* (AMFORP), de propriedade de capitais americanos, em 1959. Sua

simpatia à Revolução Cubana e especialmente seu protagonismo, na condição de governador de um estado brasileiro chave (o Rio Grande do Sul) na resistência a uma tentativa de golpe de Estado em agosto de 1961 o fez inimigo de Washington.

Lincoln Gordon (1913-2009), entre 1961 e 1966, serviu como Embaixador dos Estados Unidos no Brasil quando foi, como se sabe, uma peça-chave da conspiração contra João Goulart. Escrevendo para o Departamento de Estado em fins 1963, Gordon defendeu a tese de que Goulart estava empenhado numa manobra golpista ao estilo peronista, mas, uma vez efetuada a mesma, acabaria perdendo o poder para os comunistas (Fico, 2008).

A mesma narrativa estava presente nos conspiradores brasileiros, especialmente em espaços como a ESG, que ajudou a formular e popularizar a Doutrina de Segurança Nacional, baseada em ensinamentos da contra insurgência de matriz francesa e norte-americana, que fazia a cabeça das elites civis e militares de direita (Lemos, 2018).

Confluindo com o tradicional conspiracionismo da extrema-direita católica, mobilizada por organizações como a Tradição, Família e Propriedade (TFP), e catalisadas por aparelhos privados de hegemonia que não se contentaram em participar da campanha de desestabilização e da conspiração contra João Goulart, como o IPES, ao qual Gordon estava organicamente articulado, a narrativa do Embaixador ajudaria a moldar o discurso básico de justificação da ditadura militar implantada em abril de 1964 no Brasil.

Em suma, o temor da “cubanização” era mobilizado em vários níveis para organizar a ação política do imperialismo no subcontinente latino-americano. É nesse contexto que o Conselho das Américas se torna um dos mais importantes órgãos na elaboração e prática da política externa dos Estados Unidos para a América Latina (Shoultz, 2014), a partir da junção de três das mais importantes organizações de matriz norte-americana que operavam politicamente no Brasil, desenvolvendo, por exemplo, programas a partir dos quais empresários estadunidenses aposentados vinham ao Brasil e a outras partes da América Latina para atuar como “professores” do *American Way of Business* (Gonçalves, 2016).

O *Council for Latin America*, em português Conselho para a América Latina, dirigido por David Rockefeller, presidente do *Chase Manhattan Bank*, foi criado com a abrangência inicial de 176 corporações estadunidenses com investimentos na América Latina, e lançado oficialmente em meados de 1965. Era o resultado da fusão, na verdade, entre três organizações: o *Business Group for Latin America* (BGLA), formada em 1964 por executivos americanos também sob a liderança de David Rockefeller, e que servia como um órgão de informação para o governo americano e outros interessados em América Latina; o *Latin American Information Committee* (LAIC), voltado para “atividades educacionais e culturais” na América Latina; e o *United States Inter-American Council*, órgão criado em 1943 por corporações estadunidenses com interesse na América Latina, decorrente da OCIAA (*Office of the Coordinator of Inter-american Affairs*, criado por Nelson Rockefeller, irmão de David, que havia sido Secretário do presidente F. D. Roosevelt para a América Latina).

## **2. As múltiplas frentes de ação política empresarial do Conselho das Américas no Brasil e o complexo IPES-IBAD-ESG**

Para compreender os propósitos da criação do CLA, podemos começar pela análise do primeiro relatório oficial do Conselho, datado de outubro de 1965, que pode ser encontrado no fundo do IPES do Arquivo Nacional.<sup>3</sup> Aqui está disponível uma extensa lista das iniciativas já criadas ou apoiadas pela entidade em seus poucos meses de existência, isto é, desde abril daquele mesmo ano. O CLA dizia que aquele relatório era informar seus membros das atividades desenvolvidas pela entidade na América Latina, mas que não havia o propósito de constituir uma publicação regular, mas sim “de acordo com as necessidades”. Esse documento seria apresentado e discutido em um encontro do *Council* em 08 de outubro, no Sheraton-Blackstone Hotel, na cidade de Chicago.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> THE COUNCIL FOR LATIN AMERICA (CLA). Report of 1965. Disponível no Fundo IPES do Arquivo Nacional.

<sup>4</sup> THE COUNCIL FOR LATIN AMERICA (CLA). Report of 1965, Op. Cit.

O convidado especial do primeiro encontro do CLA, em Chicago, foi o chileno Carlos Urenda,<sup>5</sup> advogado e membro do *Instituto Privado de Investigaciones Económicas y Sociales* (IPIES)<sup>6</sup> que apresentaria uma palestra intitulada “Selling the concept of private enterprise” (“Vendendo o conceito da empresa privada”).

O relatório anunciava que devido à “crescente importância do Brasil”, o CLA estava ajudando os empresários americanos ali a “engajar pessoal profissional para suas relações públicas” e programas comunitários, ampliando o “substancial trabalho” já feito por empresários americanos no país e pelas organizações predecessoras do CLA, ao incrementar o *staff* profissional *full-time* para atividades de “relações comunitárias” e “relações públicas” no Rio de Janeiro e em São Paulo.<sup>7</sup>

O CLA relatava ter concordado em pagar parte do salário de Fred Raborg, um ex-executivo da Westinghouse, que serviria como chefe de equipe do Fundo de Ação Social (FAS). O Conselho planejava enviar um membro de seu próprio *staff*, Richard K. Lorden, para trabalhar no Brasil, oferecendo seus serviços à Câmara Americana de Comércio e “outras organizações empresariais no Brasil”, sem especificar quais, entretanto sabemos que a mais importante entre elas naquele momento era mesmo o IPES.<sup>8</sup>

As ações do CLA, segundo o relatório, apoiavam-se em um estudo feito por um especialista de uma companhia filiada (não é citada nominalmente) que teria sido feito com base em entrevistas com executivos americanos importantes no Brasil. Segundo tal estudo, seria “bastante reconhecida a necessidade dos empresários se imporem mais claramente” e

---

<sup>5</sup> Carlos Urenda Zeger, empresário e advogado, nascido em Viña del Mar em 1916, é filho do proeminente legista Carlos Urenda Trigo. Nos anos 1960, fundou o escritório de advocacia Urenda, Rencoret, Orrego e Dörr, após uma carreira na indústria do sal e no direito comercial. Ele ficou conhecido por assessorar grandes empresas como Edwards Bank, Minera Escondida, General Motors e El Mercurio. EJU.TV. “Chile: A los 96 años falleció el conocido abogado Carlos Urenda Zegers”. Disponível em: <<http://eju.tv/2013/02/chile-a-los-96-aos-falleci-el-conocido-abogado-carlos-urenda-zegers/>>. Acesso em: 30 de março de 2023. Fonte: Revista Punto Final, nº 61, 13.08.68., p. 2.

<sup>6</sup> O IPIES foi criado em 8 de novembro de 1961, com o suposto objetivo, de acordo com seus estatutos, de “realização, promoção e divulgação de pesquisas e estudos relacionados aos problemas econômicos e sociais do momento, com orientação e independente de qualquer influência política, religiosa ou de qualquer ordem”. Fonte: Biblioteca del Congreso Nacional de Chile/BCN, Labor Parlamentaria. Disponível em: <<https://www.bcn.cl/laborparlamentaria/wsgi/consulta/verLaborParlamentariaPantallaCompleta.py?id=1553>>. Acesso em: 30 de março de 2023.

<sup>7</sup> THE COUNCIL FOR LATIN AMERICA (CLA). Report of 1965, Op. Cit.

<sup>8</sup> THE COUNCIL FOR LATIN AMERICA (CLA). Report of 1965, Op. Cit.

“identificar-se mais intimamente com as necessidades e aspirações do Brasil”. Essa necessidade não estaria sendo satisfatoriamente tratada devido ao fato de que tais executivos não dispunham de “pessoal profissional” suficiente, e porque estavam eles mesmos ocupados demais com “responsabilidades administrativas imediatas” (isto é, ocupados demais com seus próprios negócios).<sup>9</sup>

Por esse motivo, lê-se em uma carta de David Rockefeller ao então presidente Lyndon Johnson que, “quando o CLA ofereceu a disponibilizar o pessoal profissional necessário, a resposta dos executivos americanos tanto no Rio quanto em São Paulo foi excelente”.<sup>10</sup> Isso nos mostra nitidamente que esse conselho empresarial, enquanto um aparelho privado de hegemonia, se propunha a mobilizar os empresários brasileiros a dedicarem tempo para tarefas que estavam para além de seus interesses imediatos, ou conforme Gramsci, “econômico-corporativos”.

O relatório mencionava o sucesso de filmes feitos por empresários americanos no Brasil como o “Sermão de Campinas” (“*Sermon of Campinas*”), que teria sido visto por 13 milhões de brasileiros; “O preço da vida” (“*The price of life*”), que teria demonstrado as “contribuições da indústria farmacêutica para a saúde e o bem-estar”; “*Forbidden Land*” (“Terra proibida”), que teria mostrado como o capital privado converteu uma área seca e árida do Nordeste em um “jardim de abundância”; e “*This is my life*” (“Esta é a minha vida”), uma “história real do progresso de um trabalhador atingiu sob a livre iniciativa”.<sup>11</sup>

Segundo o relatório, as companhias estadunidenses teriam recebido por quatro anos apoio da *Inter-american University Foundation* que enviava anualmente 100 estudantes brasileiros, que pareciam ser “futuros líderes”, para os EUA por um mês, onde eles viviam com famílias estadunidenses. Hospedavam-se em New England, recebiam duas semanas de instrução formal em Harvard, visitavam Washington e Nova York – em um programa que era classificado pela AID (*Agency for International Development*) e pela USIA (*United States Information Agency*), principais patrocinadoras, como o melhor do tipo no mundo.

---

<sup>9</sup> THE COUNCIL FOR LATIN AMERICA (CLA). Report of 1965, Op. Cit.

<sup>10</sup> COUNCIL FOR LATIN AMERICA. Carta de David Rockefeller a Lyndon Johnson, 10 de setembro de 1965. Disponível no site Opening the Archives da Brown University.

<sup>11</sup> THE COUNCIL FOR LATIN AMERICA (CLA). Report of 1965, Op. Cit.

No dia 30 de julho de 1965, com o apoio do CLA, noventa e sete estudantes brasileiros teriam sido introduzidos ao “*big business*”, começando seu dia na Bolsa de Ações de Nova York, depois, através de Carl M. Mueller, da empresa Loeb, Rhoades & Co, foram apresentados a jovens “*brokers*” promissores, almoçaram na cafeteria da IT&T na *Park Avenue* e na parte da tarde tiveram uma reunião informal para debater “os princípios e práticas da empresa privada” com Donald Kendall, presidente da Pepsi-Cola. A viagem incluiu uma viagem ao *Hall of Free Enterprise*, na *World’s Fair*.

No Brasil, o CLA organizou e pagou por um *tour* dos cientistas políticos Jean McKee e Arthur Renander, apresentados como especialistas em pesquisas de opinião pública e participação cidadã na política<sup>12</sup>. As palestras teriam sido oferecidas no Centro Industrial no Rio, no Secretariado de Opinião Pública da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no Centro dos Engenheiros Democráticos em São Paulo e na Liga da Mulher Democrática em Belo Horizonte. O propósito seria de “ajudar os brasileiros a ampliar a base de sua democracia”,<sup>13</sup> e era visto como desdobramento de um projeto de 1964 do *Latin American Information Committee* (LAIC), absorvido no CLA, através do qual cinco “Líderes mulheres” brasileiras trabalharam como voluntárias em Nova York nas campanhas presidenciais dos partidos democrata e republicano.

O CLA também teria apoiado um programa de ensino secundário para filhos de membros da Federação dos Trabalhadores Cristãos no Rio, cuja seleção seria preparada por trabalhadores, empregadores e membros da CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia), com o propósito de “prestigiar sindicalistas democráticos e melhorar o entendimento entre o trabalho, a administração e as mulheres de mentalidade cívica”.<sup>14</sup>

Percebemos aqui que o CLA menciona vários braços do IPES, mas não o menciona diretamente. Não está claro o porquê disto, porque a essa altura o IPES já funcionava de maneira mais aberta, sem mais tantas cautelas como nos idos de 1961 a 1964, quando estava sendo gestado um golpe militar no Brasil. Podemos trabalhar com a hipótese de que ainda assim o IPES e o CLA concordaram em não associar explicitamente o IPES a uma fonte de possível

---

<sup>12</sup> Não encontramos informações sobre os supostos especialistas em nenhum lugar.

<sup>13</sup> THE COUNCIL FOR LATIN AMERICA (CLA). Report of 1965, Op. Cit.

<sup>14</sup> THE COUNCIL FOR LATIN AMERICA (CLA). Report of 1965, Op. Cit..

financiamento privado do exterior. Isso seria do interesse de ambas as entidades: o IPES não apareceria como tão ligado ao capital estadunidense, e o CLA não se “queimava” ligando seu nome a um órgão que fomentou o golpe de Estado no Brasil.

Arranjos foram feitos para uma doação de uma entidade chamada *American Society*, do Rio de Janeiro,<sup>15</sup> para a construção de um centro comunitário para educação cívica e vocacional na Rocinha, com o propósito de “demonstrar o apoio do empresário americano para a classe média do futuro”.<sup>16</sup>

Em anexo ao relatório, encontra-se uma edição da revista intitulada *Intercâmbio*, patrocinada pelo CLA, a qual destacava que de que “50 companhias privadas de São Paulo lançaram o Fundo de Ação Social (FAS), uma organização “para promover projetos cívicos fora da esfera normal das operações da Câmara de Comércio”<sup>17</sup>. O Fundo de Ação Social (FAS) foi um dos maiores contribuintes do IPES. Criado em setembro de 1962, em São Paulo, o FAS surgiu depois de uma série de reuniões entre as Embaixadas norte-americanas de São Paulo e Brasília com o Departamento de Estado norte-americano, que começaram em janeiro de 1962, quando ipesianos foram à AMCHAM pedir ajuda financeira para dar continuidade aos seus projetos. Para não aparecer as contribuições das multinacionais e não comprometer as empresas, foi criado o FAS, que recebia o dinheiro e repassava para o IPES (Bortone, 2018).

### **3. Anticomunismo e propaganda da “livre empresa”**

Em anexo ao relatório do CLA, encontra-se, na mesma documentação, uma circular interna entre o CLA e um dos grupos operativos do IPES, o CRC, n.52, datada de 8 de outubro de 1965, e que tratava da “Entrega de comentários para a rádio e imprensa”. A circular instruía sobre a distribuição dos artigos, informando que eles poderiam ser utilizados editados ou não, com a assinatura do autor e “preferivelmente adaptado ao estilo local”. Todos os artigos, exceto o Editorial do *The Economist*, foram assinados por Hélio de

---

<sup>15</sup> Não encontramos outras menções a dita entidade com esse nome. A Americas Society, com s, que atua em conjunto com o Conselho das Américas, seria criada apenas nos anos 1980.

<sup>16</sup> THE COUNCIL FOR LATIN AMERICA (CLA). Report of 1965, Op. Cit.

<sup>17</sup> THE COUNCIL FOR LATIN AMERICA (CLA). Report of 1965, Op. Cit.

Moraes Martins, e datados de 8 de outubro de 1965. Este era um pseudônimo, e é bastante difícil determinar a autoria real dos artigos. A distribuição de artigos na imprensa era uma das principais formas do Conselho e do IPES fazerem a propaganda de suas ideias.

Entre esses textos, que o CLA colocou para circulação no Brasil com apoio do IPES, destacamos “A cenoura e a vara”. Trata-se de um editorial, com uma breve apresentação anterior, publicado pelo jornal inglês *The Economist* ainda em 29 de junho de 1946 – o qual, segundo a apresentação, “permaneceria atual”. Utilizando a metáfora da cenoura e da vara usadas no asno, o editorial falava sobre como os “melhores estímulos à atividade humana” estariam sendo “perdidos nas duas últimas gerações”. Com tom claramente *libertarian*, provavelmente de inspiração hayekiana, o texto afirmava que a “paixão pela igualdade – excelente em si” acabou por afastar do asno o estímulo da cenoura: as recompensas do sucesso seriam mal vistas, e a “garantia de pleno emprego”, juntamente com a “seguridade social”, recompensaria o “trabalhador preguiçoso”. Segundo o editorial, haveria “uma conspiração geral do trabalho, do capital e do Estado”: este último por causa dos impostos, o capital por não dar suficiente reconhecimento social aos “empreendedores”, e o “trabalho” [classe trabalhadora], por fazer o máximo possível em seus sindicatos “prosperamente estabelecidos” para que as máquinas não substituíssem o esforço humano.<sup>18</sup>

Ainda segundo aquele texto, estaria havendo um “nivelamento descendente das rendas e um nivelamento ascendente dos salários”, com uma “série de legislações trabalhistas” existentes “com o propósito deliberado de garantir aos preguiçosos os mesmos salários de um bom trabalhador”. O “descascamento” tanto da cenoura quanto da vara estaria fazendo com que ninguém ganhasse sendo “ativo” e ninguém fosse punido “sendo inativo”. “E ainda assim perguntamo-nos porque o asno não rompe o pasto e não começa a trotar”, concluía o editorial, em tom ameaçador.

Aqui é interessante notar o paralelo realizado entre o contexto histórico da Inglaterra de 1946, quando o governo trabalhista estava implementando o Welfare State, com o governo de Jango no Brasil. Para

---

<sup>18</sup> THE COUNCIL FOR LATIN AMERICA (CLA). Report of 1965, Op. Cit.

eles, ambos casos seriam de governos “muito preocupados com a igualdade” e pouco atentos ao progresso do trabalho, que somente funcionaria em um ambiente de competitividade irrestrita.

Destacamos esse texto porque ele justifica uma política repressiva com relação aos trabalhadores, entendendo qualquer organização de defesa dos interesses dos trabalhadores como algo a ser combativo pois estaria, supostamente, impedindo o progresso humano. Além disso, é bastante interessante notar como uma proposição (neo)liberal como esta é perfeitamente compatível com a defesa de um golpe de Estado.

Mas a propaganda da livre empresa foi realizada também através de campanhas publicitárias multimilionárias. A preocupação com esse tópico foi tema de muitas iniciativas do Conselho no início dos anos 1970.

Em 06 de março de 1970, encontramos, em uma correspondência interna do CLA, menção a uma apresentação que teria sido feita por Ralf Brent para Harvey Schwartz, do IBEC (empresa da família Rockefeller que operava na América Latina), sobre a proposta que havia no Conselho de uma campanha publicitária profissional, com anúncios pagos, visando principalmente empresários nacionais latino-americanos<sup>19</sup>. Mas também visava o público interno americano, em especial abalado pelos movimentos de juventude anti-imperialistas. “A resposta das corporações para as pressões dos 1970’s” [*The Corporation’s response to the pressures of the 70’s*], foi a proposta de campanha apresentada pela empresa Fred Rudge Associates, Inc.

A propaganda a favor da “livre iniciativa”, ao “empreendedorismo”, à “empresa privada” ou ao mais eufemístico “setor privado”, começava a partir de dentro. Os dirigentes do Conselho das Américas desse período perceberam que antes de nada era necessário mobilizar fortemente suas próprias bases. Isso significava transformar o Conselho em um espaço atrativo para os empresários estadunidenses e estimular o Conselho a produzir resultados concretos para esses empresários.

No final de novembro de 1970, o presidente do Conselho Jose de Cubas informou aos membros do Conselho que a reunião anual se daria em

---

<sup>19</sup> BRENT, R. Memorandum de Ralf Brent para Harvey Schwartz em 6 de março de 1970. **Rockefeller Archive’s Center**, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

Nova York no dia 7 de dezembro, sob a condução de David Rockefeller. Ele descrevia de maneira chamativa o evento:

Este ano o encontro será o primeiro de uma série de 'Road Shows' regionais em janeiro e fevereiro que irá trazer para nossos membros do meio-oeste, do Oeste e do Sul:

– um resumo completo da situação nos eventos latino-americanos, tendências e pessoas causando grandes mudanças e seu impacto nos negócios

– a estratégia presente e futura do Conselho – antecipar e moldar as ações necessárias para alcançar essas condições cambiantes tão rapidamente

– O que você e a sua empresa pode fazer – fazer os esforços do Conselho, e os seus próprios, mais efetivos.

[...] O encontro utilizará televisão, filmes e slides ao invés de palestras para “trazer vocês e seus executivos completamente informados sobre as ameaças dos crescentes nacionalismos, das regulações restritivas, bem como das novas oportunidades para investimentos, desenvolvimento e cooperação com empresários locais da América Latina.

Nós vamos também eleger novos diretores e funcionários para compor novos grupos de trabalho para lidar com problemas de: investimentos; comércio; tecnologia; treinamento de mão-de-obra; movimentos de juventude; e mídia.

Por favor fala todo esforço para estar conosco para ajudar a determinar o futuro e a crescente efetividade do Conselho das Américas. E traga vários membros de sua equipe corporativa interessados na América Latina. Teremos muito tempo para questões e discussão”.<sup>20</sup>

Em uma outra correspondência do Conselho, do dia 08 de dezembro de 1970, encontramos o discurso completo de José de Cubas, ex-presidente da Westinghouse e então presidente do Conselho das Américas, naquele encontro, que é bastante esclarecedora sobre a concepção do que era a entidade, de qual espírito estava imbuída; ao mesmo tempo, Cubas estabelecia as tarefas prioritárias que, a partir de tal concepção de atuação, estavam colocadas naquele momento histórico.

a empresa privada americana está surpreendentemente sozinha na América do Sul. Aparentemente os atores mais “anti-business” são a mídia e o clero. Indivíduos no governo e na comunidade de negócios são em geral mais simpáticos a nós, mas isso pode mudar do dia pra noite. Mesmo a empresa privada latino-americana também de encontra sozinha. [...] Temos que escutar os porta-vozes do setor empresarial [latino-americano].[...] Hoje a liderança do setor

---

<sup>20</sup> Carta de José de Cubas aos membros do Conselho. Novembro de 1970. **Rockefeller Archive's Center**, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

empresarial latino-americano é em muitos casos muito astuta, mas é frequentemente muito mal-informada também.

[...] O trabalho do Conselho, portanto, desse ponto de vista, deve ser um de acentuar o que é positivo, principalmente em três áreas muito importantes: ideias, estilo e pessoas.

A prioridade primeira é em colocar a ideia de que a ciência e a tecnologia trabalham como meio de refutar a noção de que o investimento estrangeiro é um complot. Em segundo lugar, perseguir a ideia e fazer o melhor para comunica-la, de que o investimento privado é necessário para o governo de qualquer nação. Um terceiro objetivo deve ser reduzir o sentimento protecionista excessivo em casa bem como o sentimento anti-importações fora. A política do Conselho deve ser uma política para as Américas e não uma política apenas para os norte-americanos. O Conselho deve projetar uma imagem objetiva de si mesmo junto aos vários públicos com os quais se estará comunicando não como um grupo de interesse egoísta." Em 1971, o Conselho vai trabalhar duro para estabelecer grupos binacionais aonde possível para promover a *inter-americanização*. [...]

Para as pessoas, o Conselho vai coordenar prioridades e esforços para estabelecer grupos sobre treinamento e força de trabalho. Isso determinará necessidades e coordenará esforços para atingir essas necessidades nas Américas.

Uma questão natural emerge neste ponto: quanto de apoio pode ser esperado para o Conselho? Eu só posso responder a isso com outra questão – cada um de nós se dá conta de quão único o Conselho é? Como opera com eficiência como um aparelho de marketing para a filosofia da livre iniciativa? [...]

O Conselho das Américas, o catalisador, pode prover a circunstância, como tentamos fazer em nossos seminários e jantares. Nós podemos inclusive prover algumas das ideias. Mas a iniciativa, o desejo mesmo, de efetuar as mudanças devem vir das companhias membros; ou, mais especificamente, dos executivos do próprio país das companhias membros".<sup>21</sup>

Um fator muito importante para a confluência de tantos esforços no sentido da defesa da "livre empresa" na América Latina no início dos anos 1970 havia sido o impacto global dos movimentos de 1968, sobre o qual Nelson Rockefeller escreveria um relatório para o Senado norte-americano. A suposta ameaça aos interesses capitalistas por parte de governos nacionalistas latino-americanos era um dos motivos pelos quais o Conselho aprofundou, nos anos 1970, seu associativismo político empresarial no Brasil, tendo sido peça chave na criação de um dos mais importantes fóruns, até hoje, empresariais entre Brasil e Estados Unidos.

No fim de 1968, prestando contas de suas atividades no Brasil, Jack Wyant apontou como sua grande conquista a formação do Conselho Empresarial Brasileiro-Americano, integrado por 10 brasileiros e 19

---

<sup>21</sup> HYK, M. G. Memorandum de Michele G. Hyk para Harvey L. Schwartz, 27 de março de 1970. **Rockefeller Archive's Center**, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

norte-americanos. A prestação de contas foi feita em banquete no Hotel Plaza de Nova York, com a apresentação de dois conselheiros brasileiros – José Luiz Moreira de Souza, atual presidente da Associação das Empresas de Crédito, Investimentos e Financiamento, e João Alberto Leite Barbosa, na época diretor do Boletim Cambial, aos quais pediu que se levantassem, juntamente com o então ministro da Fazenda Delfim Neto, convidado especial. Este foi apresentado por Wyant como ‘o interlocutor do conselho no governo brasileiro’. Aproveitou ainda a oportunidade para afirmar que o grupo empresarial brasileiro-americano era ‘reconhecido pelo governo brasileiro como porta-voz da empresa privada no país’.<sup>22</sup>

#### **4. O CLA e as origens do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (1976): relações empresariais como relações internacionais**

É impossível escrever sobre a história do Conselho das Américas no Brasil sem passar pela figura de Jack Wyant, um jornalista paulista descendente de norte-americanos, tendo sido nomeado em 1958 para o serviço diplomático dos Estados Unidos; passou por importantes órgãos como a Voz da América e adido de imprensa da embaixada americana, o que aparentemente foi o que o levou a ser nomeado diretor do CLA em 1967. Na década seguinte, seria diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ).

Um dos projetos aos quais Wyant se dedicou mais foi o “Ação comunitária” no Brasil, uma frente móvel de ação internacional inspirada na Action International fundada em 1961, com sede em Nova York, cujo objetivo era a “promoção social do favelado dentro da ordem capitalista” (BORTONE, 2018, p.421). Pela correspondência interna do CLA, nota-se que uma das tarefas de Wyant era contactar com as empresas filiadas ao Conselho para contribuírem financeiramente com a organização. Na correspondência interna do Conselho das Américas, percebe-se que desde 1970, a ideia da construção de um Conselho Especial de empresários Brasil-Estados Unidos já existia de forma embrionária, e muito por influência de Wyant.

Em uma carta de fevereiro de 1970, Jack Wyant mostrou a seus colegas do CLA toda sua intimidade com os círculos mais altos do poder da ditadura brasileira, afirmando ter jantado com Alcio Costa e Silva, filho do ditador Costa e Silva, e também com o general Alfonso Albuquerque Lima, conhecida figura da chamada “linha dura” do regime. Foi nessa carta que

---

<sup>22</sup> “Isto é o Council of the Americas”. **Opinião**, 08 de agosto de 1975, p. 9-10.

Wyant fez a descrição da situação política do Brasil que consta na epígrafe deste artigo, quando afirmou que as denúncias do clero católico brasileiro (em referência à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB) estavam corretas e que existia tortura. Trata-se de uma correspondência interna, portanto percebemos que existia plena consciência, entre os membros do Conselho, acerca do tipo de repressão política que existia no Brasil àquela altura. Assumindo, como de costume, o discurso de justificação próprio do regime ditatorial brasileiro naquele momento, afirmava que existia a tortura, porém que esta não era uma política sistemática do Estado.

Em 17 de julho de 1970, uma carta de Harvey Schwartz para o empresário e membro do CLA Donald Meads e para Rodman Rockefeller trazia um memorandum preparado por Enno Hobbing<sup>23</sup> sobre o Brasil ("*Refletions on Brazil*"), afirmando que seu conteúdo havia sido previamente discutido com o empresário brasileiro Trajano Pupo Netto.

Pupo Netto era o protótipo perfeito do ativista empresarial brasileiro da década de 1960 e 1970. Ex-membro do IPES-SP, AMCHAM e CIESP, era então diretor da Anderson Clayton,<sup>24</sup> entre suas credenciais mais importantes, era proveniente de "uma das mais ativas organizações empresariais no Brasil, a ADECIF, que representa as [empresas] 'financeiras' no Brasil".<sup>25</sup> Pupo Netto foi presidente da ADECIF (Bortone, 2018).

---

<sup>23</sup> Agente da CIA que trabalhava dentro do Council of the Americas, foi um personagem central do complô empresarial estadunidense-chileno contra a eleição de Allende em 1970. ROJAS, Robinson. *The murder of Allende and the end of the Chilean Way to socialism*. Harper and Row, New York, 1975. A informação sobre sua ligação dupla com a CIA e o Council também aparece na revista NACLA. "The cast of Characters". NACLA, 25 de setembro de 2007. Disponível em: <https://nacla.org/article/cast-characters>. Acesso em: 30 de março de 2023. CRISTÓBAL COLMENARES E., Ángel. "La CIA em Chile: el 'Plan Centauro'". Aporrea, 28 de julho de 2002. Ver também a pioneira reportagem de LOPEZ, Federico. "El Mercurio y la CIA". Originalmente publicado em Punto Final. Disponível através do CEME (Centro de Estudios Miguel Enriquez, no portal Archivo Chile: [http://www.archivochile.com/Imperialismo/us\\_contra\\_chile/UScontrach0013.pdf](http://www.archivochile.com/Imperialismo/us_contra_chile/UScontrach0013.pdf). Acesso em: 30 de março de 2023.

<sup>24</sup> Empresa de comércio de algodão fundada em Oklahoma City, por Frank Anderson, Monroe Anderson e William Clayton, em 1904. Interessante notar que o Banco do Brasil, aliás, concedeu, em 1961, muitos empréstimos e privilégios em matéria de divisas estrangeiras para empresas norte-americanas e consórcios mistos brasileiro norte-americanos. A SANBRA e Anderson & Clayton, do comércio algodoeiro, receberam empréstimos no valor de 54 milhões de cruzeiros, ou seja, 47% da carteira total do banco para empréstimo na agricultura e na indústria (BORTONE, 2018, p. 177-178).

<sup>25</sup> Carta de Harvey Schwartz para Donald Meads e para Rodman Rockefeller, 17 de julho de 1970; carta de Berent Friele para Schwartz, 21 de julho de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970. ADECIF era a Associação dos Diretores de Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento.

Em 21 de julho de 1970, uma mensagem interna do Conselho assinada por Berent Friele, um histórico assessor de Nelson Rockefeller, afirmava que Trajano Pupo Netto deveria, definitivamente, “ser consultado sobre sua disponibilidade para ser o presidente do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos”.<sup>26</sup> Friele deixava clara a importância de que as decisões sobre a proposta de Jack Wyant para a fundação de um Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos passassem por Pupo Netto.

É numa longa carta de Jack Wyant para Harvey Schwartz (IBEC), datada de 23 de novembro de 1970, que encontramos detalhada a proposta do Conselho das Américas para a criação de um Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos. Jack Wyant afirmava que era basicamente uma descrição do que era o Conselho, mas adicionava vários pontos (opiniões dele).

O primeiro deles era que o modelo da associação empresarial em tela poderia ser aplicável a outros países da América Latina, incluindo aí a ideia proposta no Brasil, mas não aceita, de incorporar um fundo comunitário e já em operação pela comunidade empresarial estadunidense no Conselho Empresarial. Escreveu Wyant:

Eu pessoalmente não me sinto muito convencido da ideia porque creio que misturar as questões do investimento privado com caridade pode desviar a atenção do objetivo primário de fortalecer o setor privado nacional do país hospedeiro.<sup>27</sup>

Embora não esteja denominado, podemos deduzir, pela documentação, que se tratava do FAS (Fundo de Ação Social). Wyant mencionaria mais de uma vez esse ponto de discórdia, por vezes se referindo como opinião própria, e em outras, dando a entender que a resistência a tal ideia teria partido da parte brasileira.

Wyant explica aquilo que poderia ser apontado como uma das causas do fim de programas como o já mencionado “Ação Comunitária”: os empresários brasileiros recusavam terminantemente essa associação. E essa também era a posição do próprio Wyant. Em suas palavras:

---

<sup>26</sup> CARTA de Harvey Schwartz para Donald Meads e para Rodman Rockefeller, 17 de julho de 1970; carta de Berent Friele para Schwartz, 21 de julho de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

<sup>27</sup> CARTA de Jack Wyant para Harvey Schwartz (IBEC), 23 de novembro de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

Uma ideia proposta, porém não aceita no Brasil, foi a centralização das doações pelas empresas privadas para organizações cívicas, educacionais e de caridade através de uma entidade única de 'utilidade pública', permitindo assim dedução de impostos. O propósito era internacionalizar um fundo comunitário americano (Cinco anos atrás a American Society e a American Chamber of Commerce no Rio de Janeiro criaram o 'fundo Norte-americano para Assistência Social (FNAS). Esta organização aceitou e rejeitou cerca de 500 instituições para as quais as companhias privadas têm doado por muitos anos. Uma lista de mais de 125 dessas organizações (médicas, de caridade, educacionais, vocacionais) foram aprovadas após visitas, relatórios profissionais e análises financeiras para serem merecedoras do apoio. O grupo americano, após colocar Cr\$350.000 em 1970, desejava fundir esse "Fundo" e alterar seu nome para mostrar que é uma operação empresarial privada brasileira patrocinada pelo Conselho. Seu status de 'utilidade pública' (não-lucrativa) garante que nenhuma doação de companhias privadas seria taxada. Todas as doações recebem publicidade pela imprensa).<sup>28</sup>

Não estão claros os motivos pelos quais os empresários brasileiros rejeitaram tal idéia; possivelmente, não estavam tão interessados em tomar para si aquilo que era um modelo de operação basicamente norte-americano e sobre o qual não teriam muito controle. Como não dispomos uma versão empresarial brasileira sobre as primeiras conversas acerca da conformação do que seria o CEBEU, é difícil afirmar o que levou a essa discordância.

Na proposta sintetizada por Wyant, o Conselho seria formado por 18 empresários americanos, 18 brasileiros e 2 observadores, um americano e um brasileiro (um "jovem de Minas Gerais com largos contatos no governo e nos círculos empresariais brasileiros"). A proposta era que o secretário deste conselho seria Trajano Pupo Netto.

A carta relatava que o Conselho das Américas (àquela altura já rebatizado para *Council of the Americas* - COA) vinha promovendo "almoços e outros eventos" para "dignatários estadunidenses" como o então Secretário de Comércio dos Estados Unidos Secretário Maurice Stans,<sup>29</sup> o presidente do EXIMBANK Henry Kearns, entre outros. A idéia era que o Conselho desse um "sabor a setor privado" para essas visitas, encontros os quais a comunidade oficial dos EUA não podia organizar.

---

<sup>28</sup> CARTA de Jack Wyant para Harvey Schwartz (IBEC), 23 de novembro de 1970, Op. Cit.

<sup>29</sup> Stans ficou conhecido nos Estados Unidos por seu envolvimento no escândalo de Watergate. Ele foi o responsável pelas finanças da campanha para a reeleição de Nixon em 1972, e admitiu ter violado leis eleitorais quando ocupou o cargo.

“Programas de entretenimento” também tinham sido organizados dessa maneira, com os privados à frente, “retirando a Embaixada de problemas nesta área”.<sup>30</sup> Deixamos a cargo da imaginação do leitor de que será que se constituíam “programas de entretenimento” para gringos no Rio de Janeiro e porque poderia haver problemas com relação a isso.

Os objetivos do Conselho empresarial brasileiro-americano estariam basicamente relacionados a “fortalecer o setor privado brasileiro e promover o comércio entre os dois países”.<sup>31</sup> O Conselho teria por meta “servir como uma equipe que ajudará a intensificar o fluxo de investimentos e *know-how* para o Brasil”, “promover as exportações do Brasil”, “manter comunicação com e entre os governos das duas nações abertas e mutuamente benéficas”, e ainda “contribuir ao máximo para melhorar a imagem de cada país”<sup>32</sup>.

Dizia a carta de Wyant:

As conquistas formais do Conselho empresarial Brasil-Estados Unidos não podem ser medidas em termos monetários. Os membros americanos do Conselho apenas lembram à comunidade de negócios dos EUA que esta é a primeira vez na história da América Latina que o setor privado de empresários locais e estrangeiros deram suas mãos para promover a causa comum de aumentar o papel do privado no desenvolvimento do Brasil sem importar a nacionalidade. O Governo Brasileiro tem dado imprescindível apoio ao Conselho. Da mesma forma, este tem sido reconhecido pelo governo dos Estados Unidos e organizações como a U.S. Chamber of Commerce e o Conselho das Américas.<sup>33</sup>

As entidades brasileiras representadas no Conselho eram: Associações Comerciais, de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul; Confederação Nacional da Indústria (CNI); Federação das Indústrias da Bahia; ADECIF; Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul; AMCHAMS do Rio de Janeiro e de São Paulo – conjunto considerado amplo e bem representativo do empresariado brasileiro.

Os elementos trazidos por Wyant nessa carta demonstram fartamente uma espécie de triangulação entre: empresariado norte-americano, empresariado brasileiro e Estado ditatorial. Relações empresariais como relações internacionais, dentro de um Estado ampliado

---

<sup>30</sup> CARTA de Jack Wyant para Harvey Schwartz (IBEC), 23 de novembro de 1970, Op. Cit.

<sup>31</sup> ROCKEFELLER Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

<sup>32</sup> ROCKEFELLER Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

<sup>33</sup> ROCKEFELLER Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

ou integral, conforme Gramsci, no qual não existe uma separação real, senão analítica, entre sociedade civil e sociedade política. Neste caso, tarefas que não podiam ser levadas a cabo pelo Estado norte-americano oficialmente eram transferidas a privados – os quais faziam política em solo externo com todo o respaldo de um Estado nacional poderoso por detrás.

Em seu discurso para o Conselho das Américas na reunião anual de dezembro de 1970, José de Cubas utilizou o exemplo do Brasil como um caso de boas relações com o governo; e deu detalhes sobre o processo de articulações e tensões com as Câmaras de Comércio:

O papel do Conselho das Américas tem sempre sido ter uma função catalisadora, criando um ambiente no qual as ideias são trocadas e programas viáveis são lançados. Após três anos de trabalho e uma porção de sorte sentimos que o clima no Brasil está bom para pensamento criativo por parte do setor privado. A administração Médici continua a mostrar-se aberta para sugestões para implementar nossas prioridades; oficiais do governo buscam nossos membros da comunidade empresarial para trocar ideias.

Respostas coerentes e bem-formuladas pela comunidade empresarial para os problemas identificados pelo governo brasileiro foram muito lentas a chegar. Nós erroneamente acreditamos que trabalhando através das Câmaras de Comércio e com líderes individuais na comunidade empresarial americana, despertaríamos interesse num esforço deste tipo. Não foi possível seguir este caminho, pois as Câmaras de Comércio demandam unanimidade de opiniões e um grau de concorrência que tornaria impossível mover-se rapidamente para aproveitar oportunidades emergentes. Uma notável exceção foi o Comitê Especial da Câmara de Comércio de São Paulo, a qual preparou um relatório para ser apresentado na Escola Superior de Guerra, a partir da articulação do Conselho das Américas.<sup>34</sup>

Por sua vez, os empresários brasileiros realizaram uma verdadeira “missão” no Conselho das Américas em outubro de 1971. De sua sucursal de São Paulo, o *Correio da Manhã* noticiava a missão empresarial brasileira nos Estados Unidos:

Mais de 80 empresários brasileiros, presidentes das principais organizações bancárias, companhias de investimento e grandes organizações industriais, comporão a missão que irá aos Estados Unidos em novembro, com apoio do Ministério da Fazenda e do Conselho das Américas. A missão será presidida pelo presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, Américo Oswaldo Campiglia, e os seus objetivos gerais, definidos em carta enviada ao Ministro Delfim Neto, são:

---

<sup>34</sup> Não pudemos localizar a palestra na ESG.

Promover contatos diretos de homens de empresa brasileiros com empresários americanos, tendo em vista a obtenção de novos mercados e a intensificação das trocas comerciais já existentes, conhecimento das técnicas modernas de aplicação industrial, realização de conferências e contatos com grupos financeiros e industriais americanos, elucidando a atual situação do Brasil em termos de desenvolvimento econômico, procurando-se seguir novas aplicações de capitais americanos no país, e esclarecimento ao público em geral, especialmente quanto à imagem do Brasil nos EUA – seu desenvolvimento econômico e social.<sup>35</sup>

No anúncio da formação dessa missão econômica, o ex-ipesiano Americo O. Campiglia<sup>36</sup> afirmou que “Para vender seus produtos no Exterior e atrair novos investidores, o empresário brasileiro não pode ficar sentado à sua escrivaninha: deve pôr mãos à obra e ir mascatear seu produto”. A missão passaria por Nova York e Washington depois de receber Médici na capital dos EUA. A programação estava a cargo de Nilo Ramos, e segundo a *Folha de São Paulo*, estaria recebendo orientação do Conselho das Américas.<sup>37</sup> “Vender o produto”, neste caso, significava também vender uma boa imagem política do Brasil no exterior, em um momento no qual já havia nos Estados Unidos inúmeras críticas públicas às ditaduras militares latino-americanas àquela altura já sabidamente derivadas de golpes apoiados pelos Estado norte-americano, por meios oficiais ou clandestinos.

No dia 10 de agosto de 1975, domingo, o CLA iniciou, em Brasília, um seminário de quatro dias sobre o Brasil. Segundo a comunicação aos membros do Conselho, o encontro tinha como objetivo discutir, com o primeiro escalão do governo brasileiro, temas como o papel relativo do investimento externo, da empresa pública e da empresa privada nacional na economia.

Nas várias sessões estiveram o diretor de câmbio do Banco Central, Fernão Bracher, José Carlos Freire, secretário-geral do ministério da Fazenda,

---

<sup>35</sup> “Empresários brasileiros em missão nos EUA”. **Correio da Manhã**, 1 de outubro de 1971, p. 9.

<sup>36</sup> Campiglia era um acadêmico da área de Contabilidade, e foi professor da USP. No setor privado, além de participar da indústria farmacêutica, foi vice-presidente do Banco Francês e Brasileiro, diretor-superintendente da Companhia Sul-Americana de Investimento (1962), diretor do Banco Itaú Investimento e Financiamento e do conselho fiscal do Banco Comércio e Indústria de São Paulo S/A. Foi também presidente do ACREFI -- Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento. Segundo Bortone, Campiglia participou de uma importante reunião no IPES no contexto do pré-golpe de 1964, na qual ficou decidido, depois de amplo debate, que “sem a manifestação da opinião pública”, as Forças Armadas não se sentiriam autorizadas a intervir (Bortone, 2018).

<sup>37</sup> “Missão econômica vai dia 28 para os EUA”. **Folha de São Paulo**, 10 de novembro de 1971, p. 16.

Augusto Jefferson, chefe da assessoria econômica do ministro da Fazenda, Élcio Couto, da Secretaria de Planejamento e Arnaldo Barbalho, secretário-geral do Ministério das Minas e Energia.

Na imprensa brasileira, Wyant ficaria conhecido por ser uma figura chave no apoio de empresários brasileiros à tentativa de golpe no Chile. Segundo artigo publicado pelo jornal *Opinião* em 1975, teria sido afastado das atividades do Conselho após repercussão negativa de sua participação no apoio ao golpe no Chile:

Ao que parece, Wyant reuniu em torno de sua figura uma desagradável e indesejada publicidade quando, em 1973, a revista *Veja* publicou uma documentada matéria sobre a *brazilian connection* do golpe militar que derrubou o presidente chileno Salvador Allende. Segundo *Veja*, cabia a Wyant organizar as remessas financeiras e de material do Brasil que sustentariam os setores de classe e grupos direitista do Chile que combatiam a política nacionalista e socializante de Allende. [...]

Algum tempo depois, afastado do cargo de diretor do Council para o Brasil, Jack Wyant assumia novo posto, com funções executivas, do Banco Lar Brasileiro, cujo controle acionário pertence ao Chase Manhattan Bank. [...] <sup>38</sup>

A partir das conexões levantadas, da leitura e cruzamento das fontes, podemos compreender como os Estados Unidos induziram a formação de novos aparelhos privados (empresariais) de hegemonia interamericanos, visando a formação de jovens e pragmáticas lideranças empresariais, com o benefício extra de deixar o “caixa livre” para outras atuações. A longevidade do CEBEU prova a relevância desse tipo de iniciativa do Conselho das Américas.

### **Considerações finais**

Hoje denominada *Americas Society/Council of the Americas* (AS-COA), em sua fundação, em 1965, *Council for Latin America* (CLA), e rebatizado *Council of the Americas* em 1970, o Conselho das Américas se proclama como histórica defensora do Estado de Direito, da democracia, e até mesmo dos direitos humanos; facilmente pode-se encontrar nas páginas de seu periódico *Americas Quarterly* textos que condenam as ditaduras, como se

---

<sup>38</sup> “Isto é o Council of the Americas”. *Opinião*, 08 de agosto de 1975, p. 9-10.

nunca tivesse tido nenhuma relação com regimes que praticaram brutais formas de repressão a seus opositores políticos incluindo a tortura. Como se pode ver em seu sítio eletrônico (as-coa.org), a entidade não disponibiliza seus materiais, como relatórios ou revistas, de antes dos anos 2000.

O Conselho das Américas logrou, em primeiro lugar, organizar os interesses das companhias norte-americanas que possuíam capital na América Latina em um contexto histórico marcado pelo tipo de capitalismo monopolista do pós-Segunda guerra e da expansão das atividades das filiais latino-americanas dos anos 1950 e 1960 – contexto, como vimos, marcado pela chamada guerra fria e pelo anticomunismo.<sup>39</sup> Em segundo lugar, o Conselho foi estabelecendo sólidas alianças com setores importantes do empresariado latino-americano em seus supostos “objetivos em comum”: a propaganda da empresa privada, dos valores do individualismo, da meritocracia e do capitalismo; a luta contra a “subversão comunista” em todas as suas formas; e a criação de um “ambiente de negócios” apropriado.

Como aparelho privado de hegemonia, o Conselho das Américas atuou e atua tanto na sociedade civil quanto na sociedade política (Estado *strictu sensu*, na teoria de Gramsci), e o faz de maneira transnacional: dentro dos Estados Unidos e dentro dos Estados Nacionais latino-americanos (sempre aqui entendidos a partir do conceito de Estado ampliado ou integral). É um intelectual coletivo de uma fração de classe, porém, sua ação vai muito além da defesa de interesses econômico-corporativos, embora não deixe de defendê-los.

É neste sentido que analisar as ações de uma entidade como o Conselho das Américas se justifica: desde suas conexões com o IPES e seus congêneres, até a iniciativa de criação do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (CEBEU), essa entidade esteve no centro das relações internacionais e inter-empresariais entre Brasil e Estados Unidos durante a ditadura.

O anticomunismo e a propaganda da livre empresa estavam indissociavelmente coligados no tipo de ação política empresarial

---

<sup>39</sup> O anticomunismo constituiria um traço permanente na história do Conselho, bem como a opção preferencial por estratégias de contrarrevolução preventiva, fossem estas “a quente” ou “a frio”, para usar a expressão de Florestan Fernandes. Importante pontuar que não desenvolveremos aqui uma análise pormenorizada do conceito de anticomunismo. Uma boa e atual síntese desse debate pode ser encontrada em SILVA, 2020.

desenvolvida pelo Conselho no Brasil e na América Latina, possibilitando uma articulação propícia tanto na campanha golpista quanto na legitimação das ditaduras militares.

Como pudemos localizar nas fontes, em especial aquelas disponibilizadas no Rockefeller Archive's Center, em Nova York, como relatórios e correspondências internas da entidade, seus agentes foram responsáveis pelo alinhamento político e ideológico da campanha golpista, pela consolidação de determinada imagem do Brasil dentro dos círculos norte-americanos responsáveis pela política externa para a América Latina, e também por costuras interempresariais que deram origem a novas entidades.

A história da relação política e empresarial do Conselho das Américas com os empresários brasileiros envolvidos no golpe e na ditadura mostra também, por outro lado, que não se trata aqui de uma mera “intervenção externa”: o empresariado nacional buscou ativamente essa parceria e muitas vezes divergiu das orientações norte-americanas, como no caso do modelo que tomaria o CEBEU. Apesar disso, era com ideologia e o dinheiro emprestado dos externos que o apoio àquele regime se consolidou. Durante a ditadura brasileira (1964-1988), os empresários brasileiros e estadunidenses se associavam e agiam livremente, enquanto os trabalhadores e suas lideranças políticas combativas eram mortos, torturados e desaparecidos.

## **Referências bibliográficas**

BORTONE, E. de A. **O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a Ditadura Empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

DREIFUSS, R. A. **A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional: 1918-1986**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

FICO, C. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LEMOS, R. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil** (1964-1979). Rio de Janeiro: Consequencia, 2018.

GONÇALVES, M. S. **American way of business: empresariado brasileiro e norteamericano no caminho do golpe empresarial-militar de 1964**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

HERSH, S. **The price of power: Kissinger in the Nixon White House**. Londres: Faber, 1983.

HOEVELER, R. C. **As elites orgânicas transnacionais diante da crise: os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2015.

HOEVELER, R. C. **(Neo)liberalismo, democracia e “diplomacia empresarial”**: a história do *Council of the Americas* (1965-2019). Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

LEACOCK, R. **Requiem for revolution: United States and Brazil, 1961-69**. Kent: Kent State University Press, 1990.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Ed UNESP, 2010 [1978].

RAMÍREZ, H. **Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2005.

PARKER, P. **1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

SHOULTZ, L. **Human Rights and United States Policy toward Latin America**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014 [1981]

SILVA, V. G. **Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais (1936-1964)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SPEKTOR, M. **Kissinger e o Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

TAIANA, J. La geopolítica internacional de los apoyos económicos. *In*: VERBITSKY, H.; BOHOSLAVSKY, J. P. **Cuentas pendientes**. Los cómplices económicos de la dictadura. Buenos Aires: Siglo Veinteuno editores, 2013.